



EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: RESSIGNIFICANDO MEMÓRIAS A PARTIR DE PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS SOB UMA PERSPECTIVA ANTIRRACISTA

Amanda Santos da Silva¹

Islan Lucas Cruz Mota²

Naiara Silva Alves³

Josenilda Pinto Mesquita⁴

RESUMO

O presente resumo é resultado de uma ação do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade Católica do Salvador – UCSal sob orientação da professora Dra. Josenilda Pinto Mesquita, e do supervisor Me. Juliano Leví Santos Messias, desenvolvido no Colégio da Polícia Militar – Unidade Dendezeiros, na turma do 7º ano D, momento em que realizamos uma intervenção da temática Educação Patrimonial sob uma perspectiva antirracista com o tema “Memórias Pretas: uma educação antirracista a partir de patrimônios históricos”, pautado metodologicamente em uma abordagem quanti-qualitativa. Ante a necessidade de transformar o ensino de História em algo mais enriquecedor para os discentes e trabalhar as questões pertinentes a uma educação antirracista, a utilização da educação patrimonial se apresenta como uma possibilidade para tal. Tendo em vista que o patrimônio projeta uma memória, e esta, muitas das vezes, apresenta-se como um reflexo de uma historiografia parcial e silenciadora, busca-se promover uma mudança da memória projetada através dos patrimônios históricos da Basílica do Senhor do Bonfim e da Lavagem do Bonfim, ressignificando-os a partir das participações de escravizados no processo de construção destes. A metodologia adotada foi o modelo de oficina pedagógica, onde houve a elaboração de oficinas dialogadas sobre os patrimônios materiais e imateriais, com a exibição de vídeos autorais contando a história dos patrimônios supracitados. Os resultados foram obtidos através de um formulário de amostragem que indicaram que mais de 95% dos discentes mudaram suas percepções em torno dos patrimônios, o que mostra que os nossos objetivos foram alcançados.

Palavras-chave: Educação Antirracista, Educação Patrimonial, Memória.

1 Graduada do Curso de História da Universidade Católica do Salvador - UCSal, amandas.1370@live.com;

2 Graduado pelo Curso de História da Universidade Católica do Salvador - UCSal, islanprof@gmail.com;

3 Graduada do Curso de História da Universidade Católica do Salvador - UCSal, alvesnaiara355@gmail.com;

4 Doutora pelo Curso de Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, josymesquita@gmail.com



INTRODUÇÃO

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no que tange o ensino de História, é fundamental considerar-se as múltiplas fontes documentais existentes, pois “os registros e vestígios das mais diversas naturezas [...] deixados pelos indivíduos carregam em si mesmos a experiência humana, as formas específicas de produção, consumo e circulação, tanto de objetos quanto de saberes” e que estes objetos históricos transformar-se-iam, então, em “laboratório da memória” (Brasil, 2018, p. 398).

A memória, neste contexto, não seria o processo mnemônico comum a todos os indivíduos, mas um conhecimento, um objeto histórico, construído coletivamente. A memória coletiva, como aponta Barros (2011), “se refere não apenas a este processo de registro de acontecimentos pela experiência humana, como também à construção de referenciais sobre o passado e sobre o presente de diferentes grupos sociais e sob a perspectiva de diferentes grupos sociais” (*idem, ibid*, p. 320).

É a partir desta concepção de memória e da compreensão de que ambas as memórias, individuais e coletivas, são produzidas no ambiente social, mas que, tratando-se da memória coletiva, “seriam os grupos sociais que determinariam o que será lembrado, e como será lembrado” (Barros, 2011, p. 322), que buscamos ancorar o nosso plano de ação desenvolvido no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

Com base no subprojeto do PIBID, voltado a educação antirracista, elaboramos o plano de ação sob o tema “Memórias Pretas: uma educação antirracista a partir de patrimônios históricos”, em que nosso objetivo fora ressignificar as narrativas em torno dos patrimônios da Cidade Baixa, em Salvador/BA, assim como evidenciar o papel significativo da população africana e afro-brasileira na construção histórica destes patrimônios.

Visando não apenas ampliar a compreensão sobre o passado, mas também estimular a criticidade e promover a valorização das identidades e histórias negligenciadas, possibilitando situar estes discentes enquanto agentes ativos da história e inseridos nesta, pois “ao compreender seu papel enquanto agente da ação social e a própria interação com a realidade, o estudo da História passa a ter um novo sentido” (Neves, 2022, p. 32).





Por conseguinte, os patrimônios escolhidos foram a Basílica do Senhor do Bonfim e a Lavagem do Bonfim, não só pela importância cultural que os mesmos possuem para a cidade de Salvador, mas também pela proximidade com o colégio ao qual estávamos atuando; o Colégio da Polícia Militar - Dendezeiros.

A escolha de trabalhar os patrimônios materiais e imateriais ocorreu devido a metodologia patrimonial configurar-se como uma ferramenta didática que permite aos professores partirem de um contexto local, e das vivências dos discentes, com o objetivo de despertar habilidades cognitivas. Tal abordagem contrasta com um ensino de História pautado por uma abordagem tradicional, centrada em narrativas homogêneas, sem problematizações e distantes da realidade dos discentes (Pacheco, 2017).

A metodologia aplicada foi a de oficina pedagógica, onde houve a elaboração de oficinas dialogadas sobre os patrimônios materiais e imateriais, contextualizando o que seriam ambos os patrimônios para, então, trabalhar os dois patrimônios supracitados, em que utilizamos de diversos materiais didáticos, que serão infracitados, para explorar o tema de forma dinâmica e possibilitando a participação dos discentes.

Finalizamos as oficinas com um formulário de amostragem, o que nos possibilitou conseguir não apenas o retorno dos discentes em relação a nossa ação, mas também de saber se tínhamos alcançado o nosso objetivo de ressignificar os dois patrimônios locais escolhidos e de destacar a participação da população preta na construção de ambos.

Por fim, a culminância desta nossa ação resultou na produção de um pôster que apresentamos no VIII Encontro Estadual de Ensino de História da Associação Nacional de História, Seção Bahia (ANPUH-BA), e que nos rendeu uma “menção honrosa em reconhecimento à excelência na apresentação do banner”.

DOS PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS E CULTURAIS



Segundo Pita (2019), a Basílica do Senhor do Bonfim, inaugurada em 24 de junho de 1754, foi fruto de uma promessa que o capitão português Theodózio Rodrigues de Faria, que era da Marinha, fez em vista de uma tempestade enfrentada durante uma navegação. Caso sobrevivesse a tempestade, traria para o Brasil a imagem do Senhor do Bonfim. Theodózio de Faria sobreviveu e, em 1745, trouxe a réplica do santo, que ficou na Capela da Penha, na península de Itapagipe, como também deu início à construção da Basílica.

Em 1754, com a parte interna construída, a imagem foi transferida para a Basílica. A partir dessa construção surge a famosa Lavagem do Bonfim, uma das festividades mais representativas que ocorre na cidade de Salvador, como símbolo cultural repleto de manifestações de fé, devoção e tradição. As celebrações ocorrem, geralmente, na 2ª quinta feira do mês de janeiro.

A Lavagem teve início em 1773, quando os escravizados eram obrigados a lavar e ornamentar a igreja como parte da preparação para a festa do Senhor do Bonfim. Com o passar do tempo, o Senhor do Bonfim passou a ser reconhecido como Oxalá, pelo povo de Santo, iniciando-se o processo de cortejo das Baianas, bem como a lavagem das escadarias. Com a popularização da festa, houve a proibição da lavagem da parte interna da Basílica, por parte dos eclesiásticos, limitando o ritual para o adro da Igreja (Pita, 2019).

Assim sendo, o cortejo das baianas se inicia na Igreja Nossa Senhora da Conceição da Praia, até a Igreja do Senhor do Bonfim. “As manifestações religiosas verificam-se também por intermédio de peregrinações, procissões e roteiros devocionais. São deslocamentos no espaço, realizados em escalas distintas, nas quais há um itinerário preestabelecido de acordo com preceitos de cada religião e das tradições locais.” (Rosendahl *apud* Pita, 2019, p. 2903).

Tanto a Basílica quanto a Lavagem moldaram a comunidade da Cidade Baixa, seja abrindo novas rotas de acesso à própria igreja, como no caso da avenida Dendzeiro, avenida em que o CPM está localizado, mas também a cultura local por meio das festividades.

METODOLOGIA



A valorização e o entendimento do patrimônio cultural, seja este material ou imaterial, em práticas pedagógicas vêm sendo discutidas ao longo do tempo, como forma de desenvolver uma Educação Patrimonial capaz de transmitir os significados e simbologias que permeiam a representatividade dos patrimônios.

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o conceito de patrimônio cultural contempla “uma construção social e, portanto, deve ser apropriado socialmente”. Baseando-se nesse conceito, é preciso considerar que a Educação Patrimonial versa sobre as mais diversas metodologias e não se trata de um instrumento de engessamento cultural e social, meramente representativo, que trabalha o patrimônio cultural com seus consensos e conflitos, como problematiza Tolentino (2016) em seu artigo “O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática”.

Defende-se que a educação patrimonial efetiva é dialógica, reflexiva e crítica, que contribui para a construção democrática do conhecimento e para a transformação da realidade. Isso implica conceber o patrimônio cultural como um elemento social inserido nos espaços de vida dos sujeitos e que, nas práticas educativas, deve ser levada em conta a sua dimensão social, política e simbólica (Tolentino, 2016).

Ao elaborar o projeto de ação, consideramos a orientação das diretrizes para a operacionalização da política cultural do Ministério da Educação (MEC), sobre as ações a serem desenvolvidas e os seus objetivos, com o entendimento de que faz-se necessário “[...] a participação da escola no processo de conhecimento das manifestações culturais locais, no sentido de fazer com que ela reflita sobre a realidade em que está inserida, passando a utilizá-la como elemento fundamental na elaboração e execução do seu currículo” (Brandão *apud* Bezerra *et al.*, 2014, p. 10).

A metodologia adotada foi o modelo de oficina pedagógica, onde houve a elaboração de oficinas dialogadas sobre os patrimônios materiais e imateriais, com a exibição de vídeos autorais contando a história dos patrimônios selecionados: Basílica do Senhor do Bonfim e a Lavagem do Bonfim. Iniciamos as oficinas perguntando aos discentes se eles já sabiam o que era patrimônio histórico, prosseguindo, então, para uma contextualização do que seriam os patrimônios materiais e imateriais. Utilizando-se dos seguintes materiais: computador portátil, projetor, caixa de som, plaquinhas para um jogo interativo (plaquinhas feitas com papel e canudo), finalizando com um pequeno formulário para amostragem.



Demos início a ação realizando uma roda de conversa, para que pudéssemos realizar a escuta dos discentes e verificar se eles possuíam conhecimentos prévios sobre o que se caracteriza como patrimônio cultural, material e imaterial. Ao realizar esse momento de escuta, consideramos a importância e a relevância dos conhecimentos dos discentes adquiridos ao longo da vida, no cotidiano e nas vivências, como corrobora Cerqueira (2006) .

A aprendizagem, por sua vez, acontece num entrelaçamento entre informação, conhecimento e saber. As informações que recebemos presentes no outro, nos espaços externos, acionam nossas estruturas mentais movimentando nosso organismo, corpo, esferas dramáticas e cognitivas, transformando-se em conhecimento que se incorpora em nossos saber (Cerqueira, 2006).

Após esse primeiro momento, iniciamos as oficinas pedagógicas, que se apresentam como forma de utilizar as mais diversas metodologias, possibilitando práticas educacionais multidisciplinares, onde é possível conceituar, realizar considerações e reflexões, novas perspectivas e ressignificações, sobre a temática escolhida.

Nesse viés, as “[...] oficinas são espaços discursivos em que pensamento e ação se relacionam, são um terreno potente e fértil onde se demarca a autoria e a produção de narrativas a partir da dissolução da visão dicotômica entre teoria e prática, que se juntam em prol de um aprendizado que será materializado na produção de algo” (Costa, 2015, p. 251).

Durante este processo, utilizamos slides com imagens para referenciar os conceitos trabalhados, além da utilização dos vídeos curtos autorais sobre os patrimônios materiais e imateriais, a Basílica do Senhor do Bonfim e a festa da Lavagem do Senhor do Bonfim, respectivamente. Haja vista que a escolha destes patrimônios está diretamente ligada a valorização da História Local, bem como explicitar a possibilidade de se trabalhar a história por meio dos patrimônios.

Após esse momento, realizamos uma dinâmica na tentativa de identificar se os discentes conseguiram realmente compreender o que compete a educação patrimonial, se tratou de um jogo em que distribuímos plaquinhas com frases escritas em “baianês”, buscando uma maior aproximação com os discentes, para que respondessem se o determinado patrimônio que exibimos tratava-se de um patrimônio material ou imaterial.



O “baianês” ao qual nos referimos aqui trata-se do dialeto utilizado na Bahia, como pontuam Silva, Gomes e Rodrigues (2014): “O dialeto baiano ou baianês tem origem no período em o Brasil (*sic*) era colônia de Portugal e tinha Salvador como capital. Como a cidade abrigava a maioria das instituições administrativas brasileiras (*sic*) sofreu influência de diversos povos, como europeus, indígenas e africanos” (p. 401).

A utilização do dialeto local não ocorre somente como forma de nos aproximar dos discentes, mas também pela importância de romper com preconceitos e paradigmas linguísticos no que tange tudo aquilo que foge a dita norma culta, padrão e “correta”. Além disso, o uso no contexto de sala de aula fortalece a identidade e promove o sentimento de pertencimento – não há de errado ou de inferior em abraçar o seu dialeto regional.

Assim, é necessário que essa tendência de menosprezar as variantes regionais e populares seja detida e isto tem que ser feito a partir de um maior conhecimento linguístico dessas variações por parte de pessoas detentoras de certa influência nos meios de comunicação de massa ou dos professores de primeiro e segundo graus, que têm uma faixa bastante forte de atuação na comunidade, através de seus alunos. Para isso, torna-se imprescindível que esses profissionais e professores tenham conhecimento de que o falar regional e o falar popular são diferentes do falar padrão e em nada inferiores a eles (Aragão, 2000, p. 54)

Todos os discentes presentes participaram da dinâmica com entusiasmo e, através da dinâmica, pudemos constatar que os nossos objetivos foram alcançados – com os discentes demonstrando compreensão das diferenças entre patrimônio material e imaterial.

Para finalizar, entregamos um formulário com duas perguntas, em que também utilizamos do “baianês”, em que a primeira questão consistia em saber o que eles acharam das oficinas e na segunda questão solicitando um retorno deles para saber se tínhamos alcançado o nosso objetivo de ressignificar os dois patrimônios locais escolhidos e destacar a participação da população preta na construção de ambos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO





Tendo em vista que o patrimônio projeta uma memória, e que essa memória patrimonial muitas das vezes influi a partir de uma historiografia tradicional, que relega a um lugar de desconforto a comunidade preta dentro dos processos históricos, que reverbera no processo de ensino e aprendizagem no ambiente escolar, torna-se urgente práticas que viabilizem uma transformação no modo de se ensinar História, aquelas que reenvidincam um discurso antirracista.

Mello e Viana (2022) destacam que, por mais que houvesse um impacto e mudança cultural na forma de se escrever a história no século XX, essas transformações não provocaram “os mesmos efeitos na História escolar”, visto que a visão “eurocêntrica e reprodutivista” ainda persistem em nossos currículos. E é dentro desta lógica eurocêntrica que se enquadram os patrimônios trabalhados da Basílica do Nosso Senhor do Bonfim e da Lavagem do Bonfim.

O primeiro é compreendido como patrimônio histórico de matriz europeia, considerando que a sua edificação é reflexo da religiosidade que permeou e corroborou para o processo de colonização. Já a segunda, configura-se como sendo uma das festas populares mais valorizadas pelos baianos devotos – muitos desses adeptos são representantes das religiões de matriz africana. Embora a contribuição dos escravizados para essa manifestação cultural permaneça, muitas das vezes, em sua maioria, é invisibilizada no espaço da memória.

Diante deste quadro, e compreendendo a Educação Patrimonial como instrumento primordial na construção de uma memória coletiva, esta última como sendo também um espaço de disputas, torna-se a Educação Patrimonial um condutor essencial para a proposição de uma educação antirracista (Lima; Paim, 2024).

A BNCC, desenvolvida para toda a Educação Básica, introduz algumas discussões do que se almeja para cada componente curricular em suas práticas. Referente ao ensino de História, em alguns de seus pontos de reflexão, a documentação elenca alguns caminhos para tornar o ensino de História menos tradicional e mais crítico quanto à análise dos processos históricos.





Todo conhecimento sobre o passado é também um conhecimento do presente elaborado por distintos sujeitos. O historiador indaga com vistas a identificar, analisar e compreender os significados de diferentes objetos, lugares, circunstâncias, temporalidades, movimentos de pessoas, coisas e saberes. As perguntas e as elaborações de hipóteses variadas fundam não apenas os marcos de memória, mas também as diversas formas narrativas, ambos expressão do tempo, do caráter social e da prática da produção do conhecimento histórico (Brasil, 2018, p. 397)

Sob essa ótica, buscou-se questionar a estruturação do legado colonial consolidado sobre os patrimônios supracitados, o que fez surgir novas narrativas e interpretações, assim como as memórias referente aquilo que já estava posto.

Cruz e Montão (2003) já indicavam essa realidade ao tratar sobre a interdisciplinaridade que permeia o ensino de História e a Educação Patrimonial em seu artigo “Educação Patrimonial, Ensino de História e BNCC: relações possíveis”. O objetivo das autoras foi discorrer sobre como a relação do ensino de História, a Educação Patrimonial e a BNCC se aproximam e dialogam entre si. A partir de suas análise, as autoras consideram que:

[...] o diálogo existente entre o ensino de História (na perspectiva do local) e a Educação Patrimonial é profícuo, pois possibilita diversos ângulos de entendimento e abordagens. A relação entre as duas áreas, proporciona a construção de pertencimento dos sujeitos aos bens culturais da sua região, das identidades, inclusive a identidade histórica, bem como a formação da cidadania, da preservação dos patrimônios e do sujeito histórico (Cruz; Montão, 2023, p. 3)

As percepções alcançadas pelas autoras supracitadas foram as mesmas que tivemos diante dos resultados colhidos através da intervenção. A atividade desenvolvida no 7º ano do Ensino Fundamental, turma D, do Colégio da Polícia Militar - Unidade Dendezeiros, apresentou os seguintes resultados: dos 28 discentes matriculados na turma, 22 discentes (78,51%) estavam presentes. Dentre estes 22 discentes, 16 possuíam 12 anos (72,7%) e 06 possuíam 13 anos (27,3%). Demonstrando que não há uma distorção idade-série na turma escolhida.

Na segunda questão do formulário de amostragem, em que buscou-se compreender se o objetivo que visava ampliar a visão dos discentes sobre os patrimônios da Basílica do Nosso Senhor do Bonfim e da Lavagem do Bonfim, os dados captados revelaram-se positivos em vista daquilo que se pretendia e daquilo que foi feito, uma vez que 13 discentes (59,1%) nos entregaram uma resposta completa sobre como as oficinas mudaram as suas percepções referentes aos patrimônios.



As respostas salientaram o que foi posto em nossa exposição: a exclusão da população preta diante da disputa por memória, apesar de não termos especificado a necessidade de uma justificativa. Isto denota uma consciência crítica dos discentes em suas respectivas respostas, como também o sentimento de representatividade e pertencimento.

Além daqueles que justificaram a suas respostas, tivemos 08 discentes (36,4%) que nos entregaram uma resposta parcial, contendo apenas a afirmativa de que as oficinas haviam mudado as suas percepções. Por fim, apenas 01 (4,5%) discente nos entregou uma resposta negativa, informando que já possuía conhecimento prévio sobre o que fora exposto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do plano de ação mostrou-se extremamente satisfatória, dado a participação ativa dos discentes durante toda a oficina; expondo seus conhecimentos prévios sobre os objetos históricos, lançando questionamentos acerca dos mesmos e demonstrando empolgação durante a dinâmica. A utilização do “baianês” provou-se efetiva por não só ter capturado a atenção dos discentes, como também ter nos aproximado deles – rompendo com o ensino tradicional e engessado que, por muitas vezes, causa um afastamento na relação docente-discente.

A Educação Patrimonial e a História Local são grandes aliadas no ensino de História na Educação Básica, pois ambas possibilitam aos discentes “[...] compreender o papel e a importância de cada um no âmbito sociocultural em que está inserido”, aproximando-os da história e ampliando as suas compreensões de que “[...] a história não é feita apenas pelos grandes personagens, mas por homens, mulheres, crianças, governantes e governados, enfim, por todos os grupos sociais” (Neves, 2022, p. 36).

Com esta ação, sentimos que conseguimos alcançar os nossos objetivos, além de ressignificar o que as aulas de História podem ser, compartilhando com os discentes um pouco do conhecimento histórico adquirido durante a nossa trajetória acadêmica.





AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de agradecer ao nosso supervisor, o prof. Me. Juliano Messias, por ter nos acolhido na instituição de ensino e por todos os ensinamentos durante o nosso processo de formação no PIBID. Também gostaríamos de agradecer a nossa coordenadora, a profa. Dra. Josenilda Mesquita, pela orientação excepcional, por todos os conselhos, momentos de escuta, incentivos e risadas. Não teríamos conseguido chegar até aqui sem o seu apoio e orientação atenta. E um agradecimento especial a Me. Carolina Costa (futura Dra.) pelo apoio e amizade.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de. Do baianês ao piauiês: a onda de dicionários regionais nordestinos. **Revista do GELNE** (Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste), Fortaleza, n. 1, v. 2, p. 53-59, 2000.

BARROS, José D'Assunção. Memória e história: uma discussão conceitual. **Tempos Históricos**, Paraná, v. 15, p. 317-343, 1º semestre de 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

BEZERRA, Juliana Izete Muniz; CLEROT, Pedro; FLORÊNCIO, Sônia Rampim; RAMASSOTE, Rodrigo; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos**. Brasília: IPHAN, 2014. 63 p. ISBN 9788573342505.

COSTA, Marcella Albaine Farias da. Ensino de História e tecnologias digitais: trabalhando com oficinas pedagógicas. **Revista História Hoje**, v. 4, n. 8, p. 247-264, 2015

CERQUEIRA, Teresa Cristina Siqueira. O professor em sala de aula: reflexão sobre os estilos de aprendizagem e a escuta sensível. **Psic: revista da Vetor Editora**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 1-20, jun. 2006.

CRUZ, Paula Lorena Cavalcante Albano da; MONTÃO, Luana Costa Viana. Educação Patrimonial, Ensino de História e BNCC: relações possíveis. **Revista Cocar**, Belém, v. 19, n. 37, p. 1-18, 2023. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Pará. ISSN 2237-0315.

MELLO, Juçara da Silva Barbosa de; VIANA, Iamara da Silva. Patrimônios negros? Reflexões acerca da história local e o Ensino de História. **Revista História Hoje**, v. 11, n. 22, p. 126–150, 2022.





NEVES, Dulce Dilma Oliveira. História local e educação patrimonial: perspectivas e abordagens pedagógicas nas aulas de História. **Perspectivas e Diálogos: Revista de História Social e Práticas de Ensino**, Caetité, v. 1, n. 9, p. 28-44, 2022.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Ensino de História e Patrimônio Cultural**: um percurso docente. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

PAIM, Elison; LIMA, Valdemar de Assis. Educação antirracista para o patrimônio: uma proposta insurgente em favor das vidas negras. **Inclusão Social**, v. 16, v. 2, 2024.

PITA, Naira Santana. Basílica Santuário Senhor do Bonfim: análise da interferência no bairro do Bonfim. *In*: Simpósio Nacional de Geografia Urbana – SIMPURB, 16, 2019, Salvador. Anais [...]. Salvador: Simpurb, 2019.

SILVA, Luciana Gomes da; GOMES, Nataniel dos Santos; RODRIGUES, Marlon Leal. A representação do dialeto baiano na série Gabriela. **Revista Philologus**, Ano 20, N° 60 Supl. 1: Anais da IX JNLFLP. Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.2014

TOLENTINO, Átila B. O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática. *In*: Tolentino, Átila B.; Braga, Emanuel Oliveira (orgs.). Educação Patrimonial: políticas, relações de poder e ações afirmativas. (Caderno Temático nr 05). João Pessoa: Iphan-PB/Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016.

